
A inflexão neoliberal vista da perspectiva latino-americana: a expansão do conhecimento gerencial no Brasil como imposição cultural

Mesa 53: Management y neoliberalismo em América Latina

Maria Caraméz Carlotto. Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, maria.carlotto@ufabc.edu.br

Resumo

A literatura contemporânea sobre a expansão do conhecimento gerencial, quando construída a partir de uma perspectiva histórica centrada na Europa e nos Estados Unidos, costuma assumir como marco temporal para a “guinada gerencial” a emergência do neoliberalismo a partir do final dos anos 1970, início dos 1980. Embora seja evidente que a expansão do conhecimento gerencial ganhou impulso com a difusão das políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990, é importante notar que, da perspectiva de quem analisa essas mudanças desde a América Latina, o processo é distinto. Como demonstram as análises de Dezalay e Garth, os países latino-americanos passaram a funcionar, desde os anos 1950, como um “terreno de experimentação” de saberes de Estado associados a uma visão neoclássica do desenvolvimento, com destaque para o conhecimento gerencial. A constituição desse “mercado de exportação de *expertises*” foi resultado direto das estratégias de hegemonia norte-americana durante a Guerra Fria, associadas às disputas acadêmicas e aos embates que opunham, no cenário político latino-americano, frações das suas elites nacionais, cada vez mais internacionalizadas. Partindo desse referencial, o presente artigo pretende analisar a importação do conhecimento gerencial no Brasil a partir da criação dos primeiros cursos de gestão do país, nos anos 1950, passando pelos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos para “capacitação administrativa” dos 1960 e 1970, até chegar à expansão dos cursos superior de gestão ao longo dos 1980 e 1990, quando este se tornou o principal do país em número de matrículas. O objetivo é mostrar que a expansão do conhecimento gerencial no Brasil não foi mero transplante de mudanças que aconteceram antes na Europa e nos Estados Unidos, tampouco resultado de uma conversão súbita às receitas econômicas difundidas nos anos 1980, mas sim o produto de

um longo e trabalhoso processo de imposição cultural que é antes causa do que consequência do neoliberalismo.

Palavras-chave: neoliberalismo; conhecimento gerencial; América Latina

1.Introdução: neoliberalismo e conhecimento gerencial vistos desde a América Latina

Na literatura contemporânea sobre emergência do neoliberalismo, são muitos os trabalhos que enfatizam o papel central do conhecimento gerencial¹na constituição dessa nova forma de governo (Brown, 2005; Dardot&Laval, 2016; Chamayou, 2020). A principal inspiração dessa abordagem é a perspectiva teórica foucaultiana que enfatiza os efeitos produtivos dos regimes de verdade (Foucault, 1999, 2004, 2010 e 2011).De fato, na sua análise das “formações discursivas”, posteriormente denominadas “regimes de verdade”², Michel Foucault interpreta os saberes especializados com pretensão de verdade como dispositivos de poder capazes de produzir objetos e práticas que definem, por sua vez, processos de subjetivação.

Essa perspectiva tem inspirado uma linha de análise sobre o neoliberalismo atenta aos seus efeitos políticos e não apenas econômicos (Brown, 2005; Dardot&Laval, 2016; Chamayou,

¹ Mesmo reconhecendo que o termo *management knowledge* foi traduzido em português primeiramente por “conhecimento administrativo” ou “conhecimento em administração”, estou optando por traduzir essa expressão por “conhecimento gerencial” ou “conhecimento em gestão” porque elas fazem referência mais direta ao termo inglês *management*. Sobretudo porque a língua inglesa também tem um termo específico para a palavra administração, que é justamente *administration*.

² Conforme Foucault argumenta, o fundamento social das “formações discursivas” reside essencialmente no controle que a sociedade exerce sobre os lugares de produção dos discursos com pretensão de verdade (cf. Foucault, 2011). Esse controle social sobre a produção discursiva opera sobretudo por meio de três mecanismos de exclusão: os *mecanismos de interdição* – que determinam a construção de tabus –; de *oposição entre razão e loucura* – que deslegitimam os discursos considerados irracionais –; e de *contraposição entre verdadeiro e falso* – que constituem os “regimes de verdade” (Foucault, 2011). Embora o filósofo tenha procurado analisar esses três mecanismos, foi sobretudo em direção a uma “analítica da verdade” que a sua obra caminhou. Isso porque, segundo ele, é o princípio de verdade que orienta e modifica as censuras discursivas e a divisão racional/irracional, ou seja, os mecanismos de interdição e de oposição razão/loucura (2011, p. 19).

2020; López-Ruiz, 2013, 2018; Rose, O'Malley & Valverde, 2006). Em outras palavras, para esses autores, mais do que uma *políticaeconômica*, o neoliberalismo deve ser compreendido como uma *racionalidadepolítica*, isto é, uma forma de governo ou uma governamentalidade, cujo efeito principal é a difusão de doutrinas, dispositivos e práticas – denominados genericamente de “gestão” (em inglês, *management*) – que buscam promover a lógica da concorrência em diferentes contextos e instituições sociais.

É nesse espírito que a chamada *analítica da governamentalidade* (cf. Burchell, 1991; Rose, 1989; Rose, O'Malley & Valverde, 2006) desenvolveu uma série de pesquisas empíricas sobre a emergência de novas formas de governo neoliberais buscando “tornar o poder visível, na vida cotidiana e no interior das instituições, de um modo mais tangível e material [...]” (Rose, O'Malley & Valverde, 2006, p. 86). Para apreender essa dimensão material e cotidiana do poder, esses trabalhos propõem algumas inflexões na maneira com que se pensa as formas de governo e que servem de inspiração para o presente trabalho.

Em primeiro lugar e seguindo diretamente as indicações de Michel Foucault, esses autores buscam analisar as práticas de governo como um exercício de poder diretamente associado à mobilização de conhecimentos: “para governar, portanto, seja uma casa, um navio ou uma população, é necessário saber sobre o que será governado e governar à luz desse conhecimento” (Rose, O'Malley & Valverde, 2006, p. 87). Para esses autores, ainda, o saber constitui-se como instrumento de poder não apenas quando assume a forma abstrata de conceitos, noções e teorias, mas, sobretudo, quando se materializa em estratégias, práticas e instrumentos de governo. Isso implica atentar para o papel central dos suportes materiais diversos – tais como ferramentas estatísticas, programas de computador, tecnologias de avaliação e controle, manuais de gestão, desenhos e modelos de reforma institucional, planos de intervenção e procedimentos de normatização (Donzelot, 1979) – para a emergência do neoliberalismo. Por fim, esses estudos mostram como tais suportes materiais, embora construídos de modo difuso, assumem muitas vezes um sentido político coerente na direção da constituição de um governo neoliberal. Isso porque, mesmo quando se dá por meio de instâncias descentralizadas, o exercício do poder acaba produzindo efeitos políticos centralizadores, de modo relativamente independente dos interesses e intenções implicados na produção dos dispositivos, ferramentas e práticas que lhe dão suporte.

Em direção análoga, os trabalhos de Wendy Brown procuram se distanciar do que ela define como uma visão limitada do neoliberalismo, ao enfatizar a sua dimensão puramente econômica. Para a autora norte-americana, as visões que limitam o neoliberalismo a uma política econômica “falham em endereçar a racionalidade política que tanto organiza essas políticas [econômicas] quanto alcança além do mercado” (2005, p. 38).

Essas análises de origem marcadamente europeia e norte-americana, mesmo buscando se diferenciar da perspectiva econômica sobre o neoliberalismo, compartilham com esta um consenso claro, a saber: que a expansão do neoliberalismo se origina no centro do capitalismo a partir do final dos anos 1970.

A aceitação desse marco espaço-temporal parece ser unânime para quem analisa, também a partir de uma perspectiva europeia e norte-americana, a expansão do conhecimento gerencial em si mesmo, objeto deste trabalho. Nesse sentido, Kerstin Sahlin-Anderson e Lars Engwall, ao descreverem a difusão da gestão para países e setores sociais diversos, localizam o início desse processo nos anos 1980, enfatizando o papel da proliferação de diferentes suportes na transmissão desse conhecimento. Segundo eles:

Os anos 1980 e 1990 assistiram à dramática expansão e o rápido fluxo do conhecimento gerencial entre continentes e setores sociais. Como parte desse desenvolvimento, uma ampla gama de provedores e promotores do conhecimento em gestão emergiu e cresceu. Os programas de educação gerencial estão prosperando em todo o mundo [...]. As consultorias em gestão e as firmas de aconselhamento empresarial formaram-se, expandiram-se e os seus modelos foram aplicados para muitas novas áreas [...]. Publicações em gestão de vários tipos – incluindo a imprensa científica, popular e de negócios – proliferaram, assim como as pesquisas e os textos sobre gestão [...]. De modo mais geral, os “gurus” e os pesquisadores em gestão desempenharam um papel importante na divulgação e

circulação dos conceitos e receitas da gestão (Sahlin-Anderson & Engwall, 2002, p. 3).

Embora seja evidente que a expansão do conhecimento gerencial – e, com ele, do neoliberalismo – ganhou impulso nos 1980 e 1990, é importante notar que, da perspectiva de quem analisa essas mudanças a partir da América Latina, o processo parece ser um pouco distinto. Como demonstram as análises de Yves Dezalay e Bryant Garth (1998, 2002 e 2006), os países latino-americanos passaram a funcionar, desde os anos 1950, como um “terreno de experimentação” de diferentes saberes de Estado, em especial daqueles associados a uma visão neoclássica do desenvolvimento econômico, dentre os quais se destaca o conhecimento em gestão³. A constituição desse “mercado de exportação de *expertises*” foi resultado direto, segundo esses autores, das estratégias de hegemonia norte-americana durante a Guerra Fria, associadas às disputas acadêmicas que se tratavam no interior dos Estados Unidos e aos embates que opunham, no cenário político dos países latino-americanos, frações das suas elites nacionais, cada vez mais internacionalizadas (cf. Dezalay & Garth, 2002, p. 24; 2006, p. 306). Dessa perspectiva, se nas estratégias de internacionalização dos importadores e exportadores de conhecimento especializado reside a chave para a compreensão da reconfiguração dos saberes de Estado, é apenas na medida em que elas se submetem à estrutura social dos contextos nacionais em que são geradas:

Se nós insistimos sobre as estratégias de internacionalização é porque elas revelam os campos nacionais de poder nos quais se enraízam. Não podemos nos interessar pelos importadores e pelos

³ A ênfase no fortalecimento da gestão como conhecimento e como instrumento está diretamente associada à transição de uma perspectiva estrutural do desenvolvimento econômico, que pressupõe a ação do Estado, para uma perspectiva neoclássica ou neoliberal, que prescreve a limitação da interferência estatal. Dito de outro modo, na passagem de uma visão econômica que priorizava a ação política como forma de superação dos limites estruturais ao desenvolvimento econômico para outra que enfatiza a redução da ação política para criar situações de livre-concorrência, a gestão emerge como o principal mecanismo de desenho institucional e redefinição de práticas tendo em vista a aquisição de ganhos locais de eficiência e produtividade. Para uma análise muito interessante da disputa entre o polo estruturalista e o polo neoclássico na definição de estratégias de desenvolvimento no Brasil ver o artigo de Afrânio Garcia intitulado *La construction interrompue: Celso Furtado, la guerrefroide et ledéveloppement du Nordeste* (1998). Para uma análise do fortalecimento das estratégias de gestão associado à afirmação da perspectiva neoliberal de desenvolvimento ver a tese de Tatiana Maranhão chamada *Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades* (2009) e de Márcia Cunha, *Do planejamento à ação focalizada: IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza* (2012), ambas defendidas no Departamento de Sociologia da USP nos anos 2000.

exportadores sem examinar como suas estratégias são moldadas e determinadas pelas suas posições no interior dos seus campos nacionais respectivos (Dezalay & Garth, 2002, p. 34).

Essa constatação nos obrigou a colocar em diálogo a **abordagem foucaultiana**, que enfatiza de modo ainda mais determinante os efeitos produtivos dos sistemas de classificação, sistematizados em regimes de verdade (Foucault, 1999, 2004, 2010 e 2011), e a **perspectiva bourdieusiana**, que parte de uma perspectiva estrutural para analisar os efeitos performativos dos esquemas de percepção, pensamento e ação (Bourdieu, 1980, 2001). Do ponto de vista teórico, portanto, este trabalho inscreve-se no esforço contemporâneo de colocar em diálogo o estrutural-construtivismo de Pierre Bourdieu e Michel Foucault (Eyal & Buchholz, 2010; Eyal & Pok, 2011; Lahire, 2011; Laval, 2021; Lenoir, 1996).

Partindo desse referencial teórico, o presente artigo sintetiza os resultados de duas pesquisas realizadas entre 2011 e 2017 sobre os processos de importação do conhecimento gerencial no Brasil. A primeira resultou na minha tese de doutorado sobre a difusão da gestão através do ensino superior (Carlotto, 2014; Carlotto & Garcia, 2012, 2013) e a segunda especificamente sobre acordos de cooperação Brasil/Estados Unidos para a formação de especialistas em gestão em universidades de elite do país (Carlotto & Garcia, 2021). Organizando os resultados desses trabalhos, procuro mostrar que tanto a expansão do conhecimento gerencial no Brasil quanto as transformações geradas pela sua aplicação em diferentes contextos foram produto de um longo e trabalhoso processo de imposição cultural baseado na importação, legitimação e experimentação de conhecimentos especializados, especialmente materializados em dispositivos técnicos como sistemas de avaliação, produção de indicadores e formação de técnicos. Isso significa romper com as abordagens que consideram a inflexão neoliberal da América Latina meros transplantes de mudanças que aconteceram antes na Europa e nos Estados Unidos ou, ainda, efeito automático de transformações ocorridas na esfera estritamente econômica a partir do final dos anos 1970.

2. Importação e expansão do conhecimento gerencial no Brasil: a consolidação de um novo saber e seus efeitos culturais e políticos

Historicamente, a questão da organização racional do trabalho surgiu no Brasil ainda na primeira metade do século XIX, quando se implementavam as unidades fabris inaugurais do país (Pena, 1985). No entanto, o cerne da preocupação para os primeiros industriais nacionais era mais de natureza político-social do que propriamente gerencial, associando-se, antes de tudo, ao temor de “explosões e revoltas”, tendo em vista a “reunião de um grande número de pessoas pobres e compelidas ao trabalho” (Pena, 1985, p. 23). Consequentemente, a “gestão”, no contexto dessa economia escravocrata em que as relações trabalhistas eram baseadas na violência e na superexploração, passava mais pela imposição de mecanismos de controle e organização da vida privada do trabalhador do que por intervenções diretas no seu contexto de trabalho. A prioridade dada ao bom comportamento e à docilidade dos operários em detrimento da sua produtividade, bem como a mobilização de técnicas de dominação pessoal que visavam prolongar relações de dependência como o sistema de parcerias, que reinstalava o regime de servidão, e a disseminação de vilas operárias, que possibilitava o controle de todos os aspectos da vida do trabalhador, são expressões dessa primeira configuração das técnicas de controle e organização do trabalho no país (Pena, 1985, p. 23).

A descrição desse padrão inicial permite perceber com clareza o significado da mudança gerada, a partir do fim da escravidão e da expansão do trabalho urbano-industrial, pela importação dos princípios da gestão científica, voltados diretamente para a organização do trabalho no seu contexto de realização, tendo em vista o aumento de produtividade e não somente os esforços de contenção político-social. Esse movimento é, portanto, inerente à mudança das práticas de controle do trabalho que passam a se tornar cada vez mais sistematizadas, dando origem a um conhecimento específico, o *management* ou, em português, a *gestão*. No entanto, a própria ideia de que esse conhecimento foi importado e exportado entre diversos países descarta a ideia de que ele é uma consequência natural do processo de desenvolvimento capitalista. Na verdade, uma parte importante da literatura, nacional e internacional, tem procurado analisar o chamado “movimento doutrinário do *management*” (Ferreira, 2008, p. 60) que busca descrever, em suma, os diversos processos

sociais ligados à imposição das categorias da gestão, pensada como um sistema de classificação.

Em um primeiro momento, os princípios da gestão entraram no país sob a forma de uma ideologia difusa, cujo primeiro espaço de divulgação foi o *Centro Industrial do Brasil*, fundado em 1904 (Pena, 1985). Depois disso, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), logo depois do fim da Primeira Guerra Mundial, fez com que os processos de racionalização e organização do trabalho ganhassem um novo impulso para além da expansão do taylorismo e fordismo (Oliveira, 1990). Segundo sua descrição oficial, a OIT “foi fundada em 1919 sob a égide do Tratado de Versalhes [...] e se inscreve no âmbito de uma reflexão segundo a qual uma paz universal e durável só pode ser fundada sob a base da justiça social” (OIT, 2013, n.p.). Ainda em 1919, acontece em Washington a primeira Conferência Internacional do Trabalho que instala o *Bureau International du Travail*, responsável pelo secretariado permanente da Organização. Com ele, difundem-se as regulamentações internacionais do trabalho e as comissões de *experts* responsáveis pela “implementação do sistema de controle e aplicação de normas da OIT” e “pelos programas de cooperação técnica com os países em desenvolvimento” (OIT, 2013, n.p.).

A emergência de uma instância internacional voltada à regulamentação das relações de trabalho teve impactos diretos no Brasil, fortalecendo iniciativas promovidas por agentes locais para a promoção do incipiente conhecimento gerencial e de formas mais gerais de racionalização do trabalho. Assim, sob influência direta da OIT e tomando como modelo a *Taylor Society* norte-americana⁴, foi fundado no Brasil, em 1931, o *Instituto de Organização Racional do Trabalho* (Idort), com apoio da Associação Comercial de São Paulo e tendo como seus principais articuladores o engenheiro e futuro fundador da Universidade de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, e o também engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo, Roberto Mange (Oliveira, 1990; Curado, 2001; Ferreira, 2008). O Idort, sob hegemonia de engenheiros⁵, foi um dos principais centros de divulgação dos

⁴ Com sede em Nova York, a *Taylor Society* constituía “uma sociedade internacional para a promoção da ciência e da arte da administração e da gestão” (cf. Taylor Society, 1920, p. 91).

⁵ Como observam Maria Rita Loureiro (1997) e Afrânio Garcia (1998), antes da Fundação das primeiras faculdades de economia do Brasil, quem ocupava o lugar dos economistas de Estado eram diplomados em engenharia ou em direito. O mesmo acontecia com os primeiros “administradores” que eram, em geral,

princípios da organização racional do trabalho no Brasil a partir da década de 1930. Para tanto, mantinha “uma programação regular de cursos voltados para a racionalização do trabalho, notadamente na área empresarial” (Oliveira, 1990, p. 42), cujo referencial teórico era praticamente todo importado, sendo constante a presença dos clássicos da gestão, como o norte-americano Frederick W. Taylor, responsável pela publicação do histórico volume *The Principles of Scientific Management* e, do francês Henri Fayol, autor do igualmente importante *Administration Industrielle et Générale*, publicado pela primeira vez em 1916 (Oliveira, 1990; Curado, 2001).

No entanto, se a ideologia gerencial entrou no país ligada aos esforços de racionalização do trabalho industrial, foi por meio das tentativas de modernização do Estado que essa forma de conhecimento se difundiu de modo mais sistemático. Assim, a tentativa do governo Getúlio Vargas de construir um aparelho estatal moderno e apto a intervir nos domínios econômico e social pressupunha a emergência “de uma administração pública competente, capaz de implementar e conduzir as diretrizes de modernização econômica e desenvolvimento almejados” (Abrucio, Pedroti & Pó, 2010, p. 35). Foi visando esse objetivo que “as metodologias administrativas enquanto técnicas para aplicação imediata foram sistematicamente importadas e utilizadas a partir da década de 1930” (Oliveira, 1990, p. 39), quando a organização e racionalização do trabalho “transformou-se num domínio prático e discursivo” submetido à intervenção direta do Estado (Pena, 1985, p. 29).

O marco essencial desse processo foi a criação do *Departamento Administrativo do Serviço Público*, o DASP, por meio de um decreto-lei assinado por Getúlio Vargas em 1938, em pleno Estado Novo. O idealizador e futuro diretor do DASP foi o também engenheiro Luiz Simões Lopes que, com o aval de Vargas, viajou aos Estados Unidos e à Europa para estudar modelos de administração, de onde retornou “imbuído da importância de uma administração pública *moderna e eficaz*” (Vasconcellos, 1998, p.63). Como dentre os objetivos formais do DASP estava o fortalecimento da eficiência do Estado, a sua atuação caminhou no sentido de promover um conjunto de reformas, denominadas então “administrativas”, em praticamente toda a estrutura estatal. Mas a atuação do DASP não se

engenheiros formados que passaram a disputar espaço seja com os bacharéis de formação mais geral, seja com os engenheiros com formação mais técnica (cf. Grün, 1990).

limitou à promoção de reformas, incluindo também a difusão do conhecimento gerencial através da implantação dos primeiros cursos de treinamento “em administração”, voltados para a qualificação de funcionários públicos segundo um conjunto de princípios e práticas oriundos de outros países, especialmente dos Estados Unidos (Fischer, 1984).

O passo decisivo da consolidação do ensino em gestão no Brasil, no entanto, foi a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1944. Idealizada por Luiz Simões Lopes, enquanto ocupava a direção do DASP, a FGV deveria dedicar-se à formação de um “novo profissional” voltado aos “problemas concretos da administração” (Vasconcellos, 1998, p. 63). Seu objetivo geral era estudar e difundir os princípios e métodos de organização racional do trabalho, conforme definido no seu decreto de fundação:

O Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público fica autorizado a promover a criação de *uma entidade que se proponha ao estudo e à divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho* e ao preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisas, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários, com a participação dos órgãos autárquicos e paraestatais, dos Estados, Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, dos estabelecimentos de economia mista e das organizações privadas (Brasil, 1944, n.p.; grifo meu).

Enquanto uma instituição de ensino e pesquisa, a FGV foi essencial para a consolidação do saber administrativo-gerencial no país sobretudo porque constituiu uma porta de entrada dos convênios firmados, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, tanto com a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto com o governo dos Estados Unidos, “para a disseminação de saberes e modelos administrativos no país” (Barros & Carrieri, 2013, p. 257). Assim, na esteira de um processo mais amplo de racionalização burocrática do Estado, que caminhava no sentido de instituir a meritocracia e a universalidade como princípios do serviço público nacional, o conhecimento gerencial expandiu-se no Brasil como um corpo de saberes especializados importado diretamente de centros formuladores, concentrados na Europa e nos Estados Unidos. De fato, como mostra Maurício Roque

Oliveira (1990), a introdução do conhecimento administrativo no país foi, acima de tudo, um processo de importação de procedimentos e conceitos.

Na mesma chave, para Isabela Curado, “o processo de evolução do saber administrativo brasileiro está intimamente relacionado à importação de modelos do Hemisfério Norte, principalmente de modelos norte-americanos” (Curado, 2001, p. 66). Amon Barros e Alexandre Carrieri(2013) vão além e falam em uma “americanização” do Brasil a partir da importação e difusão do conhecimento em gestão. Para esses e outros autores (Grün, 1990; Vasconcellos, 1998), a influência norte-americana no Brasil, através da importação de um saber especializado como o *management*, se intensificou a partir da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos passaram a assumir uma política deliberada de aumento da sua influência na região, através de programas de cooperação técnica e educacional que atingiram especialmente as instituições de ensino superior.

De fato, a partir da Segunda Guerra Mundial, no bojo de uma reconfiguração da cooperação internacional em termos globais, o padrão de colaboração entre Brasil e Estados Unidos se altera e, para além da atuação de agências filantrópicas no incentivo a áreas e padrões específicos de trabalho, os governos dos dois países se engajam diretamente em processos de importação e exportação de saberes e técnicas especializadas. É nesse contexto que surgem os primeiros acordos governamentais de cooperação técnica dos dois países, datados oficialmente de 1945 (Fischer, 1984; USAID, 1968; Barros &Carrieri, 2013). Uma das principais consequências da mudança no processo de cooperação entre os dois Estados foi a criação, em 1948, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo objetivo essencial era traçar conjuntamente um plano de desenvolvimento econômico para o Brasil. Esse processo não se deu, porém, sem tensões, uma vez que a pressão dos Estados Unidos para que a economia brasileira se abrisse ao capital internacional, particularmente norte-americano, chocou-se com os esforços do Estado brasileiro na promoção da industrialização nacional (Barros &Carrieri, 2013, p. 259; Garcia, 1998).

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcados por uma intensificação da ajuda norte-americana tanto aos países “subdesenvolvidos” quanto às nações “em reconstrução”, ajuda cada vez mais pautada em programas de cooperação técnica (Bourdieu &Wacquant, 1998; Boltanski, 1981; Dezalay& Garth, 2002; Garcia, 1998).

Um marco explícito dessa ênfase crescente no papel dos conhecimentos especializados nas políticas de auxílio internacional é o chamado “Ponto IV”, termo que designa uma mensagem enviada pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ao Congresso norte-americano em 1949, explicitando as bases da nova política governamental de assistência aos chamados países subdesenvolvidos. Tratava-se, conforme documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos, “de um empreendimento de longo prazo e relativo baixo custo [...] para levar experiência e *know-how* americanos diretamente para os outros povos de países subdesenvolvidos” (*apud* Nogueira, 1998, p.39) Foi no âmbito do Ponto IV que os Estados Unidos estabeleceram uma série de programas de cooperação técnica com países da América Latina que visavam, basicamente, aumentar a influência norte-americana na região via exportação de conhecimentos, procedimentos e técnicas especializados (Barros & Carrieri, 2013).

A partir dessa inflexão política, são firmados os principais acordos bilaterais entre o governo brasileiro e o norte-americano que possibilitaram justamente a expansão de acordos de cooperação técnica. Primeiro, em 1950, surge o *Acordo Técnico de Cooperação Básica entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos*, voltado ao “intercâmbio de conhecimentos técnicos e a cooperação em atividades correlatas”(Brasil, 1950, n.p.). Depois, em 1953, esse convênio é complementado pelo *Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais*, pelos quais o governo norte-americano fica responsável por fornecer “serviços técnicos e especializados em qualquer setor de atividades que se relacione com o desenvolvimento econômico do Brasil”(Brasil, 1953, n.p.).

Uma das primeiras áreas contempladas por esses acordos bilaterais de cooperação técnica foi, justamente, o “ensino de gestão” (*management education*), chamado inicialmente no Brasil de “ensino de administração”. E isso não só porque a internacionalização do conhecimento em gestão era uma medida explícita da política externa norte-americana, como apontam as análises que associam a expansão desse saber especializado às estratégias de construção de hegemonia dos Estados Unidos na Europa (cf. Boltanski, 1981)⁶ e, particularmente, na América Latina (Alcadipani & Bertero, 2012; Barros & Carrieri,

⁶ No seu artigo intitulado *América, América, le plan Marshall et l'importation du management*, Luc Boltanski (1981) mostra como a expansão do conhecimento gerencial na Europa também esteve ligada às estratégias da

2013; Cooke, 2004, 2010; Cooke; Kelley & Mills, 2006; Vasconcellos, 1998). Mas, sobretudo, porque havia setores da elite política brasileira que consideravam a consolidação do conhecimento gerencial uma prioridade, como demonstram a experiência do IDORT, do DASP e especialmente da FGV.

Não é coincidência, portanto, que a FGV tenha sido a grande mediadora da importação do conhecimento gerencial no país, especialmente a partir de 1952, quando dá origem às duas primeiras escolas de administração do Brasil: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP-FGV), com sede no Rio de Janeiro e fundada ainda em 1952, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV), criada dois anos depois. Ambas resultaram de “convênios com entidades norte-americanas que transferiram o *know-how* existente, incluindo currículos, ementas de disciplinas e respectivas bibliografias” (Oliveira, 1990, p. 40), o que permitiu que se constituíssem como modelo e como centro de treinamento para as demais escolas de administração pública e privada no país e na América Latina.

Analisando com um pouco mais de detalhe essa história, os registros indicam que as primeiras reuniões visando a criação de uma escola de administração pública no Brasil ocorreram em 1949, nos Estados Unidos, reunindo representantes da FGV e professores norte-americanos sob coordenação da ONU (Vasconcellos, 1998). Na verdade, por proposição da delegação norte-americana, a Assembleia Geral da ONU de 1948 estabeleceu como uma das prioridades da organização a promoção do ensino de administração, especialmente para países subdesenvolvidos, o que resultou na criação do *United Nations Programme on Public Administration, Finance and Development* (Barros & Carrieri, 2013, p. 264). As avaliações desse programa indicam que ele foi responsável pela fundação de dezenas de centros de pesquisa e treinamento em administração pública em diversos países do mundo entre o final da década de 1940 e começo da década de 1960, dentre os quais se inclui a EBAP-FGV. Embora a escola tenha se originado desse programa da ONU, contando com o apoio da Organização durante os seus primeiros anos de

política externa norte-americana. Essa questão reaparece em *O novo espírito do Capitalismo* (Boltanski & Chiapello, 1999).

funcionamento⁷, ela também se beneficiou do apoio oficial do governo norte-americano, como consta no *Report on Examination of Getulio Vargas Foundation Construction on USAID*: “Até 1958, a FGV recebeu assistência técnica das Nações Unidas e, em 1959, o governo norte-americano começou a prover assistência técnica em administração pública e empresarial” (USAID, 1968, p. 1)⁸.

A Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP-FGV), por sua vez, foi criada já sob a vigência do *Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais* (Brasil, 1953) e, portanto, beneficiou-se ainda mais diretamente das possibilidades de cooperação técnica governamental entre o Brasil e os Estados Unidos. O interesse do governo norte-americano era “criar uma escola de administração capaz de caminhar com as suas próprias pernas, porém adotando o modelo norte-americano”, o que significava formar “profissionais que pensassem o desenvolvimento e a modernização com base em uma visão norte-americana” (Alcadipani & Bertero, 2012, p. 296). Nesse sentido, a EASP-FGV beneficiou-se de um convênio intermediado pelo governo norte-americano com a Universidade Estadual de Michigan pelo qual esta última ficaria responsável por fornecer à escola “toda a assistência técnica necessária até 1964” (Oliveira, 1990, p. 52). Isso significou tanto o envio de professores norte-americanos ao Brasil e de estudantes brasileiros aos Estados Unidos (Oliveira, 1990, p. 51-52) quanto a colaboração direta da Universidade de Michigan na elaboração de programas, currículos, bibliografias e métodos pedagógicos utilizados pela FGV (Vasconcellos, 1998, p. 64). O objetivo central era que a EASP-FGV se tornasse um modelo para outras escolas de administração de empresas no Brasil e na América Latina (Barros & Carrieri, 2013; Alcadipani & Bertero, 2012), o que implicou um alto volume de investimento, por parte dos Estados Unidos, para que a FGV se tornasse o polo dominante dos estudos de administração do Brasil (USAID, 1968)⁹.

⁷ Esse apoio se deu, sobretudo, sob a forma de *travel grants*, ou seja, financiamentos de viagem, seja para alunos brasileiros que quisessem estudar administração na Europa ou nos Estados Unidos seja para professores norte-americanos que se responsabilizassem por cursos no país.

⁸ A USAID propriamente dita só foi criada em 1961, no âmbito da Aliança para o Progresso promovida pelo governo John Kennedy como forma de aumentar a influência norte-americana na América Latina, tornada área prioritária de intervenção a partir da Revolução Cubana de 1959. Antes da USAID, a agência responsável pela cooperação internacional na região era chamada ICA (Internacional Cooperation Administration) que se encarregava basicamente das políticas previstas no ponto IV (Motta, 2014, p. 115).

⁹ No relatório da USAID sobre a construção da FGV, consta que durante os primeiros cinco anos de funcionamento das duas escolas de administração da Fundação, a EBAP e a EASP, foram concedidas 300

Mas a influência norte-americana na introdução sistemática do conhecimento gerencial no Brasil não se limitou à FGV. Na verdade, existem registros de ajuda técnica e financeira, por parte do governo norte-americano, a todos os cursos de administração fundados ou previstos até 1960, incluindo os das Universidades Federais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (Barros & Carrieri, 2013, p. 257). Além disso, sob a égide dos acordos de cooperação técnica firmados no começo da década de 1950, os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinam, em 1959, “o programa de cooperação mais decisivo para o desenvolvimento das escolas brasileiras de administração”, pelos quais o governo norte-americano se responsabilizaria por “fornecer os serviços dos professores norte-americanos para prestar assistência no que se refere à elaboração de currículos, métodos e técnicas de ensino, instalações de serviços de biblioteca e de consulta, bem como em pesquisas e outros aspectos da criação de cursos de treinamento em administração pública e de empresas” (Fischer, 1984, p. 112). Na prática, esse acordo resultou no estabelecimento de programas de formação de professores brasileiros de administração não só com a Universidade Estadual de Michigan, mas também com a Universidade Estadual da Califórnia. Os dois convênios foram intermediados pelo governo norte-americano, e elegiam a FGV como centro articulador da seleção de professores e difusão de programas e modelos (Fischer, 1984; Oliveira, 1990; USAID, 1968). A ajuda norte-americana ao ensino de administração em geral e à FGV em particular continuou ao longo dos anos 1960, via USAID, por meio de um programa mais amplo da agência intitulado *Improvement of Higher Education in Brazil* (USAID, 1968, p. 3).

Mas o apoio norte-americano ao desenvolvimento do conhecimento gerencial no Brasil não se limitou ao plano governamental. Como mostra o estudo de Sérgio Miceli, a partir da Revolução Cubana e no âmbito da Aliança para o Progresso, as relações acadêmicas entre instituições brasileiras e norte-americanas se intensificaram, sendo o marco decisivo desse processo, segundo o autor, “a decisão político-institucional tomada pelos dirigentes da Fundação Ford de se envolverem com estudiosos, cientistas e centros de estudo e pesquisa

bolsas para que estudantes latino-americanos de outros países estudassem na escola (USAID, 1968, p. 4). O fato de a FGV ter funcionado como um centro difusor do conhecimento gerencial no Brasil e na América Latina ajuda a explicar porque os Estados Unidos financiaram diretamente a construção dessas escolas, seja assumindo os custos das suas instalações físicas, seja garantindo o funcionamento dos cursos através da importação de professores, metodologias de ensino e materiais didáticos (USAID, 1968).

da região” (1990, p. 17). Assim, a partir dos anos 1960, a Fundação passou a apoiar diretamente a criação de centros de excelência, encontros e associações acadêmicas, particularmente no âmbito das ciências sociais, sendo absolutamente decisiva no processo de expansão e institucionalização da área no país. E sobretudo porque a estabilidade do financiamento e a relativa autonomia em relação ao governo norte-americano, que eliminava as suspeitas de subordinação a mecanismos de cooptação, tornaram o financiamento da Fundação Ford uma espécie de “selo de qualidade”, ou seja, uma:

[...] credencial indispensável para o ingresso no clube fechado das instituições legítimas, estendendo-se a vigência dessa chancela às demais iniciativas das lideranças, aos próprios projetos e aos resultados científicos das instituições brindadas com tal apoio externo” (Miceli, 1990, p. 19).

No começo dos anos 1960, quando a Fundação Ford inaugura uma linha de ação na América Latina, a prioridade foi dada justamente à formação de economistas e administradores “que adiante serviram como as novas lideranças técnicas em condições de gerenciar os negócios públicos e as frentes abertas pelas doutrinas do planejamento” (Miceli, 1990, p. 23). Assim, quase todo o financiamento da Fundação Ford, nesse primeiro momento, se dirigiu aos programas de graduação em economia e administração existentes, já que a prioridade dessa fase era dada “à formação de economistas nativos no exterior, de preferência em universidades norte-americanas, bem como à importação de professores visitantes também norte-americanos” (Miceli, 1990, p. 24). Ou seja, a política da Fundação Ford, em sua frente latino-americana, assumiu o desafio de equacionar a questão do desenvolvimento “em termos de crescimento econômico, avanço tecnológico e competência gerencial aperfeiçoada”, incorporando as ciências sociais apenas na medida de sua “dimensão instrumental” (Miceli, 1990, p. 24)

Assim, mesmo que a prioridade de apoio da Fundação Ford tenha passado posteriormente ao apoio das ciências sociais “clássicas”, sobretudo na sociologia, antropologia e ciência política, no começo dos anos 1960, a atuação da Fundação ia na mesma direção da atuação institucional do governo norte-americano, de financiamento da expansão do conhecimento gerencial no Brasil e na América Latina, através do incentivo à criação de

centros de formação no país e ao treinamento de latino-americanos e brasileiros nos Estados Unidos.

Os anos 1970 também se caracterizam por uma forte agenda de colaboração entre Brasil e Estados Unidos para a expansão do conhecimento gerencial no país. Esse diálogo ocorreu especialmente por meio de acordos de cooperação entre universidades norte-americanas e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), criado ainda nos anos 1960 por intermediação do consultor norte-americano Rudolph Atcon no bojo dos chamados acordos MEC-USAID (Carlotto, 2014; Carlotto & Garcia, 2021). Dentre os diferentes acordos firmados entre o Ministério da Educação (MEC) brasileiro e a USAID, os únicos que chegaram a ser plenamente implementados foram os voltados à modernização administrativa das instituições de ensino superior no país. Assim, quando o discurso neoliberal se voltou com força para o campo da educação a partir dos anos 1980, já havia no Brasil um intenso trabalho de difusão do conhecimento gerencial através de acordos de colaboração técnica voltados sobretudo para a formação de quadros na área gerencial que colaboraram para reformar completamente a política educacional do país a partir dos anos 1980 (Carlotto, 2014, Carlotto & Garcia, 2018; 2021).

O êxito da política norte-americana para a expansão do conhecimento gerencial dependeu diretamente da existência de setores das classes dominantes brasileiras dispostos a liderar essa política no contexto nacional, como estratégia de fortalecimento dos seus próprios projetos de reforma administrativa do Estado e de incentivo à formação de um novo tipo de “dirigente” através da cooperação com universidades norte-americanas. Como consequência mais direta dessa “afinidade eletiva” entre os interesses da política externa norte-americana, das instituições acadêmicas dos Estados Unidos e de setores da elite dirigente brasileira, a gestão alcançou um enorme desenvolvimento no país, sobretudo a partir dos anos 1960.

Segundo dados do Ministério da Educação, o número de matrículas nos cursos de graduação em “administração e economia”¹⁰ passou de 8.838 em 1960 para 52.218 em 1971, um aumento de 40,83% ao ano, acumulando um crescimento de quase 500% em uma década, uma taxa de expansão muito maior do que as verificadas em outras profissões tradicionais como medicina, engenharia e direito cujas matrículas aumentam, entre 1960 e 1971, em 200%, 264% e 230% respectivamente (MEC, 1972). O crescimento do número de matrículas reflete um aumento igualmente significativo do número de cursos de administração em funcionamento no país. Segundo dados apresentados por Roberto Grün, se em 1954 havia apenas 2 escolas de administração no Brasil, em 1967 já se contavam 31 escolas e em 1979, 245 escolas, a grande maioria delas já no setor privado (Grün, 1990, p. 7). Ainda segundo o autor, com base nos Censos Demográficos de 1950 e 1980, é possível afirmar que as ocupações administrativas cresceram, no período, a uma taxa anual de 5,4%, quintuplicando em 30 anos ao ponto desse setor representar, em 1980, 21,1% da População Economicamente Ativa do país (Grün, 1990, p. 2).

Desde que Grün publicou sua tese sobre *A revolução dos gerentes brasileiros*, em 1990, o ensino de administração só cresceu até se tornar, em 2002, o curso de graduação com o maior número de matrículas no país, superando a graduação em direito que, pela sua antiguidade e influência, pode ser considerada a formação profissional mais tradicional do Brasil (cf. Adorno, 1988, Schwarcz, 1993, Venancio Filho, 2004).

O crescimento do número de matrículas de graduação em “administração e gerenciamento” nos últimos anos resulta de um crescimento igualmente significativo do número de cursos, conforme o gráfico abaixo. É importante frisar que, no período observado, o ensino superior como um todo se expandiu no Brasil. Ainda assim, a taxa de crescimento dos cursos de “administração e gestão” continua sendo muito superior a taxa de crescimento do ensino superior como um todo. O total de cursos de “administração e gestão” passou de 351 em 1991 para 4110 em 2019, um crescimento de 1071%, ou seja, 38% ao ano em média. Já os cursos de graduação como um todo passaram de 4.908 para 35.898, um aumento de 631%, ou seja, 22% ao ano em média.

¹⁰ Os dados referentes aos cursos de graduação em administração, exclusivamente, não estão disponíveis nos relatórios publicados pelo MEC (cf. 1972 e 1974). Para o período que vai de 1960 a 1974, os dados disponíveis referem a cursos de “economia e administração”. Não encontrei dados sistematizados entre 1975 e 1990.



Fonte: INEP Censo da Educação Superior

Elaboração: própria

Esses dados só contemplam as graduações *presenciais* sendo que a década de 2010 se caracteriza por uma forte expansão das graduações on-line ou ensino à distância (EAD). Para termos uma ideia, em 2019 havia 1.096 cursos de graduação presenciais em “administração e gestão” credenciados no país. Ao todo, portanto, o Brasil computava, em 2019, 5.206 cursos de graduação em “administração e gestão”, um quinto deles na modalidade EAD.

Atualmente, os cursos de “administração e gerenciamento” constituem, como dito, a maior formação profissional de nível superior do país, com mais de um milhão de estudantes matriculados em 2019¹¹, superando pedagogia, direito, medicina e engenharia. A maioria absoluta dessas vagas estão no sistema privado com destaque, mais recentemente, para as matrículas na modalidade à distância.

¹¹ Segundo dados do INEP, as matrículas em cursos de graduação em “administração e gerenciamento” – a categoria é do próprio instituto – teriam passado de 338.789 em 2000 para 874.076 em 2009 chegando a 1.156.575 matrículas em 2019. Ver: *Censo da educação superior* do INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em 21 de abr. 2021.

Além disso, como apontam Márcio Pochmann et al., segundo o Censo do IBGE de 2000, a formação em “administração” era a principal graduação realizada pelos “empregadores brasileiros”, categoria que reúne os donos de empresa do país constituindo, portanto, parte importante da sua elite dirigente, ao menos no plano econômico (2009, p. 87).

Nesse sentido, é importante notar que a expansão do conhecimento gerencial, assim como da visão econômica que lhe é inerente, faz parte de um processo social mais amplo de formação de uma nova elite burocrática, constituída por economistas e administradores, que construíram e legitimaram um novo saber de Estado que, no Brasil, foi se tornando, aos poucos, predominante. Esse predomínio conduziu esses profissionais a ocupar um lugar privilegiado nos espaços de poder antes hegemonizados pelo direito, pela engenharia e pela medicina social (Motta, 1994, p. 82).

3. Conclusão

Partindo de um referencial teórico de inspiração foucaultiana que reconhece a intrínseca relação entre conhecimento gerencial e neoliberalismo, o presente artigo pretende analisar a importação do conhecimento gerencial no Brasil a partir da criação dos primeiros cursos de gestão do país, nos anos 1950, passando pelos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos para “capacitação administrativa” dos 1960 e 1970, até chegar à expansão dos cursos superior de gestão ao longo dos 1980 e 1990, quando este se tornou o principal do país em número de matrículas. O objetivo foi mostrar que a expansão do conhecimento gerencial no Brasil não foi mero transplante de mudanças que aconteceram antes na Europa e nos Estados Unidos, tampouco resultado de uma conversão súbita às receitas econômicas difundidas nos anos 1980, mas sim o produto de um longo e trabalhoso processo de imposição cultural que é antes causa do que consequência do neoliberalismo. A constituição desse “mercado de exportação de expertises” foi resultado direto das estratégias de hegemonia norte-americana durante a Guerra Fria, associadas às disputas acadêmicas e aos embates que opunham, no cenário político latino-americano, frações das suas elites nacionais, cada vez mais internacionalizadas. Nesse sentido, o presente trabalho reforça as análises de Dezalay e Garth, de que os países latino-americanos passaram a funcionar, desde os anos 1950, como um “terreno de experimentação” de saberes de

Estado associados a uma visão neoclássica do desenvolvimento, com destaque para o conhecimento gerencial.

4. Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz; PEDROTI, Paula & PÓ, Marcus Vinicius. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In:

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz & PACHECO, Regina Silva. (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010. p. 27-71.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALCADIPANI, Rafael & BERTERO, Carlos Osmar. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. *Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 3, p. 284-99, 2012.

BARROS, Amon Narciso de & CARRIERI, Alexandre de Pádua. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. *Cadernos EBAPE*, v. 11, n. 2, p. 256-73, 2013.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, Luc. America, America... Le plan Marshall et l'importation du management. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 38, p. 19-41, 1981.

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Loïc. Sur les ruses de la raison impérialiste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. v. 121-122, p. 109-18, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Language et pouvoir symbolique*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BRASIL. Acordo Sobre Programas de Serviços Técnicos Especiais entre o Governo dos

Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1953. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_17/>. Acesso em 21 de abr. 2014.

BRASIL. Acordo Básico de Cooperação Técnica Entre o Brasil e os EE.UU. América. 19 de dezembro de 1950. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1950/b_39/> Acesso em: 21 de abr. 2014.

BRASIL. Decreto lei n. 6693 de 14 de julho de 1944. Dispõe sobre a criação de uma entidade que se ocupará do estudo da organização racional do trabalho e do preparo de pessoal para as administrações pública e privada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1944. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=4877>>. Acesso em 21 de abr. 2014.

BROWN, Wendy. Neoliberalism and the end of liberal democracy. In. BROWN, Wendy. *Edgework: essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 37-59.

BURCHELL, Graham (Org.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

CARLOTTO, Maria Caraméz & GARCIA, Sylvia. Novos Saberes, Novas hierarquias. Disputas em torno da profissão acadêmica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, RBCS*, v. 33, p. 1-19, 2018.

CARLOTTO, Maria Caraméz & GARCIA, Sylvia. O Brasil como “terreno de experimentação” da accountability universitária? A atuação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1966-1987). *REPOCS*, v.18, n. 1, p. 63-84, 2021.

CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitassemperreformanda? A Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 2014. 570f. Tese de Doutorado (em Sociologia), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São Paulo, 2014.

CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

COOKE, Bill; MILLS, A. & KELLEY, E. S. Situating Maslow in Cold War America: a recontextualization of management theory. *Group & Organization Management*, v. 30, n. 2, p. 129-52, 2006.

COOKE, Bill. Managerialism as knowing and making Latin America: international development management and World Bank interventions. In: FARIA, A. & GUEDES, A. (Orgs.). *International management and international relations. A critical perspective from Latin America*. London: Routledge, 2010. p. 161-84.

COOKE, Bill. The management of the (third) world. *Organization*, v. 11, n. 5, p. 603-29, 2004.

CUNHA, Marcia. *Do planejamento à ação focalizada. IPEA e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza*. 2012, 272f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CURADO, Isabela Baleeiro. *O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo: uma análise histórica*. 2001. 205f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. *La mondialization des guerres de palais*. Paris: Seuil, 2002.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. Le "Washington consensus". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 3-22, 1998.

DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. Les usages nationaux d'une science "globale" : la diffusion de nouveaux paradigmes économiques comme stratégie hégémonique et enjeu domestique dans les champs nationaux de reproduction des élites d'État. *Sociologie du Travail*, v. 48, p. 308-29, 2006.

DONZELOT, Jacques. The poverty of political culture. *Ideol. Conscious.*, v. 5, p. 73-86, 1979.

EYAL, Gil & BUCHHOLZ, Larissa. From the sociology of intellectuals to the sociology of interventions. *The Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 117-37, 2010.

EYAL, Gil & POK, Grace. From a sociology of professions to a sociology of expertise. *Working Paper for Columbia University*, 2011.

EYAL, Gil. For a sociology of expertise: the social origins of the autism epidemic. *American Journal of Sociology*, v. 118, n. 4, p. 863-907, 2013.

FERREIRA, Fábio Vizeu. *Management no Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940*. Tese (Doutorado em Administração). 2008. 254f. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

FISCHER, Tânia. *O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade*. 1984. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *La naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, 2004.

GARCIA, Afrânio. La construction interrompue : Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 52-61, 1998.

GARCIA, Sylvia Garcia & CARLOTTO, Maria Caraméz. Institutional specificity and organizational change: A case of university social engagement in Brazil. In: PINHEIRO, R.; BENNEWORTH, P. & JONES, G. (Ed.). *Universities and regional development: a critical assessment of tensions and contradictions*. London & New York: Routledge, Taylor and Francis, 2012. p. 124-40.

GRÜN, Roberto. *A revolução dos gerentes brasileiros*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). 1990. 320f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

LAHIRE, Bernard. "Champ, hors-champ, contrechamp". In: LAHIRE, Bernard (Coord.). *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, 2001. p. 23-57.

LEMKE, Thomas. Marx sans Guillements. Foucault, la governamentabilité et la critique du néolibéralisme. *Actuel Marx*, n. 36, p. 13-26, 2004.

LENOIR, Remi. Objetosociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIE, Dominique & PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.

LÓPEZRUIZ, Osvaldo. La “empresa” como modo de subjetivación. *Confluencia (Sociología)*, n.13, p.119-145, 2013.

LÓPEZ RUIZ, Osvaldo. *Management y procesos de subjetivación en organizaciones internacionales*. *Psicoperspectivas*, v.17, n.3, p. 1-11, 2018.

MARANHÃO, Tatiana. *Governança mundial e pobreza: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades*. 2009. 148f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MEC. *Estatísticas educacionais*. 1971-1974. Brasília: MEC/ Secretaria Geral/ Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1974.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. *Estatísticas educacionais*. 1960-1971. Brasília: MEC/ Secretaria Geral/ Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1972.

MICELI, Sergio. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre o Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

MOTTA, Marly Silva da. Economistas: intelectuais, burocratas e “mágicos”. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 82-122.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. *A ajuda externa para a educação brasileira: a produção do “mito do desenvolvimento”: da USAID ao BIRD*. 1998, 187f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

OIT. Organization Internationale du Travail. *A propos de l'OIT*. Paris: OIT, n.p., 2013. Disponível em: < <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/lang--fr/index.htm> >. Acesso em: 21 abr. 2014.

OLIVEIRA, Maurício Roque. *A importação de metodologias administrativas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração). 1999. 225f. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1990

PENA, Maria Valéria. A introdução de ideologias gerenciais no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 25, n. 3, p. 23-30, 1985.

POCHMANN, Marcio et al. (Coords.). *Proprietários: concentração e continuidade*. Atlas da nova estratificação social no Brasil. Volume 3. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

ROSE, Nikolas; O'MALLEY, Pat & VALVERDE, Mariana. Governmentality. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 2, p. 83-104, 2006.

ROSE, Nikolas. *Governing the soul: the shaping of the private self*. London: Routledge, 1989.

SAHLIN-ANDERSSON, Kerstin & ENGWALL, Lars. *The expansion of management knowledge: carriers, flows, and sources*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

SANTOS, Eduardo Altheman Camargo. *A economia do poder e o poder da economia: neoliberalismo e governamentalidade em Foucault*. 2013. 221f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TAYLOR SOCIETY. *A society to promote the Science and the art of administration and of management: proceedings of the meeting of the Taylor Society*. New York: Taylor Society, 1920.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. L'internationalisation des écoles de gestion au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 121-122, p. 62-5, 1998.

VENANCIO FILHO, Aberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.